

A TRAJETÓRIA DE UMA ESCOLA DO CAMPO NA CIDADE E AS VOZES DOS ESTUDANTES CAMPESINOS

CLEONICE MATOS AMARAL
COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DE BOTUPORÃ(CECB)

KERGILÊDA AMBRÓSIO DE OLIVEIRA MATEUS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

Resumo:

A instituição de Escolas do Campo, por meio da mudança de denominação de escolas urbanas, é uma realidade presente no estado da Bahia. A trajetória dessas unidades de ensino e as vozes dos estudantes camponeses contribuem para compreender como se deu esse processo de mudança de nome, bem como os sentidos atribuídos à nova denominação enquanto Escola do Campo. O referencial teórico e os dados empíricos desse estudo foram construídos no decorrer da pesquisa de Amaral (2023), defendida junto à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Trata-se de uma pesquisa participante, com referência em Brandão (1983), cuja abordagem qualitativa está amparada em Minayo (2008). Para produção de dados, foi utilizada a técnica de rodas de conversa com o objetivo de ouvir os estudantes. Já a análise documental analisou o projeto político-pedagógico do Colégio Estadual do Campo de Botuporã (CECB), *locus* da pesquisa. Os dados produzidos foram submetidos à análise de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados evidenciaram que o processo de mudança de denominação foi orientado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia e não teve a efetiva participação dos sujeitos camponeses de Botuporã. As vozes dos estudantes revelaram que a nova denominação da escola é reconhecida de forma positiva, no entanto, eles não veem sentido na mudança apenas do nome, uma vez que as práticas educativas da referida instituição são urbanocêntricas, isto é, ainda não foram modificadas e não estão convergentes com os princípios da Educação do Campo (EdoC).

5589

Palavras-chave: Escola do Campo. Estudantes Camponeses. Trajetória da Escola.

Abstract:

The institution of Rural Schools, through the change of name of urban schools, is a reality present in the state of Bahia. The trajectory of these teaching units and the voices of rural students contribute to understanding how this name change process took place, as well as the meanings attributed to the new name as Rural School. The theoretical framework and empirical data of this study were constructed during the research by Amaral (2023), defended at the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). This is a participatory research with reference to Brandão (1983), whose approach is qualitative according to Minayo (2008). To produce data, the conversation circle technique was used to listen to students and document analysis was used to study the political-pedagogical project of the Colégio Estadual do Campo de Botuporã (CECB), the locus of the research. The data produced were subjected to content analysis by Bardin (1977). The results showed that the process of changing the name was guided by the Department of Education of the State of Bahia and did not have the effective participation of the peasant subjects of Botuporã. The students' voices revealed that the school's new name is recognized in a positive way, however, they do not see any sense in changing just the name, since the educational practices of that institution are urban-centric, have not yet been modified and are not convergent with the principles of Rural Education (EdoC).

Keywords: Country School. Campesino Students. School Trajectory.

Introdução

A Educação do Campo (EdoC) nasce em contraposição ao paradigma do rural tradicional que, historicamente, dominou os territórios camponeses por meio de uma escolarização pautada na subjugação e na inferiorização dos sujeitos do campo. Nessa perspectiva, esse novo paradigma está comprometido com uma educação que seja **do** campo e não **para** o campo, cuja base é uma nova visão dos territórios rurais e dos povos que neles habitam (Caldart, 2011). A construção conceitual e a instituição da política pública de EdoC são permeadas por tensionamentos, contradições e interesses antagônicos, tendo em vista o legado histórico do Brasil, marcado pela colonização, pelo regime escravocrata, pela hegemonia do sistema capitalista que impõe hierarquias sociais, étnicas raciais, intelectuais e culturais, de modo a excluir e a marginalizar uma significativa parcela da população brasileira.

Uma escola dentro do projeto educativo da classe trabalhadora deve, por meio de suas práticas, fortalecer os camponeses nas lutas históricas de resistência ao capitalismo e suas hierarquizações. Além disso, tem sua identidade estabelecida pela vinculação às práticas sociais desses sujeitos, reconhecendo-os como produtores de conhecimentos que dialogam com os saberes historicamente construídos pela humanidade (Molina; Sá, 2012). Logo, essas instituições de ensino nascem como contraponto à escola rural e têm seus princípios e práticas sustentados na luta contra as diferenças educacionais que contribuem para manter e reforçar as desigualdades e exclusões sociais.

É no contexto específico de uma escola da cidade, denominada como Escola do Campo, no município de Botuporã/Bahia, que se insere o objetivo desse estudo, a saber: compreender como se deu o processo de mudança do nome do Colégio Estadual do Campo de Botuporã, bem como os sentidos atribuídos pelos estudantes camponeses à sua nova denominação enquanto Escola do Campo. Convém registrar que a escola, *lócus* da referida pesquisa, foi criada no ano de 1998, no entanto, em janeiro de 2020, por meio da portaria estadual nº 29/2020, foi designada como Escola do Campo.

O arcabouço teórico e os dados empíricos foram construídos no decorrer da pesquisa de Amaral (2023). Trata-se de uma pesquisa participante, que é uma referência de investigação científica comprometida com a transformação social, face ao conhecimento da realidade em benefício do coletivo (Brandão, 1983). Sua abordagem é qualitativa, com referência em Minayo (2008), pois possibilita o estudo da realidade específica dos sujeitos camponeses do CECB e as

contradições que configuram esse movimento histórico, dialético e material, que são as Escolas do Campo na cidade. Para a produção de dados, utilizamos a técnica de rodas de conversa com o propósito de ouvir os dezoito (18) estudantes do CECB que residem nas comunidades rurais do município de Botuporã, tal como a análise documental do projeto político-pedagógico do CECB. Os dados produzidos foram submetidos à análise de conteúdo de Bardin (1977).

As atividades e os procedimentos desenvolvidos na pesquisa de campo estão de acordo com o Comitê de Ética e Pesquisa da UESB que avaliou e aprovou o projeto com parecer consubstanciado sob o nº 5.176.498, datado de 17 de dezembro de 2021. Convém pontuar que os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios para preservar as suas identidades, por isso, solicitamos deles que indicassem um pseudônimo para ser utilizado.

O referencial teórico-metodológico está fundamentado nos estudos de Bardin (1977), Brandão (1983), Caldart (2004, 2011), Molina e Sá (2012), Minayo (2008), Munarim (2011), Marques (2016). Recorremos à legislação tanto nacional e como do estado da Bahia: Resolução CNE/CEB nº 01/2002, o Decreto Federal nº 7.352/2010 e na Resolução CEE/BA nº 103/2015.

A trajetória do Colégio Estadual do Campo de Botuporã

O Colégio Estadual do Campo de Botuporã (CECB), localizado na sede do município de Botuporã/Bahia é uma instituição escolar pública, vinculada ao Sistema Estadual de Ensino da Bahia, criada pelo Decreto Lei nº 9.614, de 28 de dezembro de 1998, com o nome de Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães (CELEM) e sua “aula inaugural aconteceu no dia 08 de maio do ano de 1999” (Botuporã, 2012, p. 12). Em sua criação, no ano de 1998, recebeu o nome de CELEM e, ao longo dos seus 25 (vinte e cinco) anos de existência, passou por várias transformações, incluindo a mudança do nome, ocorrida em janeiro de 2020 por meio da portaria estadual nº 29/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 22/01/2020. Nesse ato, foi designado como Colégio Estadual do Campo Luís Eduardo Magalhães.

Art. 1º - Determinar a mudança de denominação, a partir de 2020, das unidades escolares estaduais constantes no Anexo Único desta portaria, Processo SEI nº 011.5571.2919.0042787-15, com a inclusão da expressão DO CAMPO, na denominação das mesmas (Bahia, 2020, *on-line*).

Por meio dessa portaria, foi determinado o acréscimo da expressão “do campo” na denominação de 08 (oito) unidades de ensino da Rede Estadual da Bahia constantes no anexo único da referida portaria, dentre elas, o Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães de Botuporã. Não está evidenciado, no corpo do documento, as motivações do referido ato do

governo do estado. Entretanto, é mencionado o Processo SEI¹ nº 011.5571.2919.0042787-15. Desse modo, é possível que a referida portaria seja resultante de um processo que tramitou na Secretaria da Educação do Estado, conforme dados levantados junto à direção do Colégio Estadual do Campo de Botuporã, a coordenação territorial de educação do Núcleo Territorial de Educação (NTE) 12, também, a Coordenação Estadual da Educação do Campo.

De acordo com informações disponibilizadas pelos setores ora mencionados, para que uma escola da cidade seja designada como “do campo”, precisa atender majoritariamente a estudantes camponeses, conforme estabelecem a legislação educacional do país e do estado da Bahia. No Decreto Federal nº 7.352, em seu artigo 1º, §1º, temos o seguinte: “II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (Brasil, 2010, *on-line*). Em sintonia com essa norma, a Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Estado da Bahia nº 103, de 28 de setembro de 2015, em seu artigo 1º traz,

Art. 1º. Estabelecer que a oferta da Educação do Campo, no nível da Educação Básica, destina-se à formação integral das populações do campo, em escolas do campo, entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo (Bahia, 2015, *on-line*).

Nota-se que a legislação nacional utiliza o termo “predominantemente”, já a norma estadual adota “prioritariamente”. Apesar de serem termos que se assemelham, eles são diferentes e podem ocasionar equívocos na compreensão e na efetivação da própria lei seja porque esses termos não foram devidamente identificados ou discutidos. É evidente que Escola do Campo na cidade é possível por meio de um aparato legal que possibilita essa existência. No entanto, essas legislações provocam questionamentos no sentido de contribuir para a urbanização da Educação Básica no Brasil, em especial, da etapa do Ensino Médio e, ainda, intensificar o fechamento de escolas nas próprias localidades rurais, como forma de fortalecer a política do transporte escolar e o êxodo rural. Tal contexto e realidade contrariam os princípios da EdoC quanto ao direito à educação no próprio campo, como argumenta Caldart (2011, p. 149), ao afirmar que “[...] No: [campo] o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive;

¹ O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) Bahia é o sistema oficial de gestão de processos e documentos administrativos eletrônicos e digitais no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo do Estado da Bahia e foi institucionalizado pelo Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017. O Portal SEI Bahia Está disponível em: <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/sei-bahia> Acesso em: 30 jan. 2023.

[...]”, em escolas no campo que se constituam como Escolas do Campo, vinculada aos anseios dos sujeitos campesinos.

Além de ter um corpo discente constituído majoritariamente por estudantes campesinos, conforme estabelecem as normativas nacionais e estaduais da EdoC, também foi necessário o envio de documentação pela unidade escolar solicitando o reconhecimento enquanto Escola do Campo. A atual diretora do CECB, em exercício desde o ano de 2009, participou desse processo e relatou que a escola recebeu uma visita da Coordenação Estadual da Educação do Campo, no ano de 2017, oportunidade em que foi orientado para que a unidade de ensino se reconhecesse como Escola do Campo. Após discussões com a equipe escolar, fez constar no projeto político-pedagógico da escola e, em 20 de fevereiro do ano de 2018, foi encaminhada documentação para SEC/BA, solicitando o reconhecimento como Escola do Campo, com fundamento no Art. 1º do Decreto Federal nº 7352/2010, justificando que a referida instituição educacional atendia predominantemente estudantes campesinos. Dessa forma, parece evidente que a portaria estadual nº 29/2020, que acrescenta a expressão “do campo”, é resultante de uma mobilização iniciada no ano de 2017 pela Coordenação Estadual da Educação do Campo junto à referida unidade de ensino, conforme depoimentos da gestão escolar e dos registros encontrados em Botuporã (2017, p. 19):

Conforme orientações da Secretaria da Educação do Estado por meio da coordenação da educação do campo nossa escola deve se reconhecer como escola do campo para que possa receber apoio técnico e financeiro para melhor implementar sua política educacional de modo a atender também às especificidades das populações do campo.

Em dezembro do ano de 2020, a referida escola foi designada como Colégio Estadual do Campo de Botuporã por meio da portaria nº 970/2020, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 09/12/2020

Art. 1º - Determinar a mudança de denominação da instituição pública de ensino COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO LUIS EDUARDO MAGALHÃES, código MEC nº 29384389, código SEC nº 1176458, Processo SEI nº 011.8931.2020.0052082-83, localizado na Rua Santos Dumont, nº 429, município de Botuporã, criada através da Portaria nº 9614, D.O.E. de 30/12/1998, que passa a denominar-se COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DE BOTUPORÃ, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado da Bahia (Bahia, 2020, *on-line*).

Observamos que, nesse ato, a Secretaria da Educação do Estado retirou o nome Luís Eduardo Magalhães da denominação da instituição, mas permanece a expressão “do campo”. De acordo os registros de reuniões do Colegiado Escolar da referida unidade de ensino,

transcorridas em outubro de 2020, a SEC/BA enviou ofício solicitando que este conselho escolhesse uma nova nomenclatura para a escola. Após discussões, foi definido que o novo nome seria Colégio Estadual do Campo de Botuporã e, posteriormente, foi oficializado pela portaria nº 970/2020.

Diante dessa genealogia, é possível entender o processo que culminou com o reconhecimento, do ponto de vista legal, do Colégio Estadual do Campo de Botuporã, como Escola do Campo. No entanto, quais os reais interesses do governo do estado em denominar escolas urbanas como do campo? Será que essa mudança garante o atendimento educacional da população do campo vinculado a seus interesses, ou atende a objetivos financeiros, servindo à racionalidade produtiva neoliberal do custo benefício, uma vez que é bem mais barato transportar os estudantes para cidade do que manter a escola no campo? Será que temos, neste caso, uma cooptação das lutas do Movimento por uma Educação do Campo pelo sistema capitalista? Quem é beneficiado e quem é prejudicado com essa mudança?

Apesar de ser uma ação fundamentada na legislação educacional do Brasil e do estado da Bahia, seguramente essa transformação ampliou a quantidade de Escolas do Campo na Rede Estadual de Ensino, cumprindo metas, mas, sem efetivamente investir na construção de escolas no próprio campo. Tal medida suscitou dúvidas e questionamentos por parte da comunidade escolar e local.

Sobre as ofertas de ensino, o referido colégio também passou por inúmeras transformações no decorrer dos anos. De início, conforme Tabela 1, adiante, ofertava apenas o Ensino Médio em Magistério e Formação Geral, depois passou a ofertar os anos finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), o curso de Aceleração II, o curso Normal em nível médio, o Tempo Formativo III (EJA), Ensino Médio inovador, Novo Ensino Médio, Educação em Tempo Integral. Conforme dados apresentados na Tabela 1, desde o ano de 2012, a referida instituição atua exclusivamente na etapa do Ensino Médio, diversificando as modalidades e as ofertas.

Tabela 1 — Ofertas de ensino da escola (1998 – 2022)

Ofertas	Início	Fim
Magistério	1999	2002
Formação Geral	1999	2001
Aceleração II	2001	2007
Ensino Fundamental (5ª a 8ª)	2000	2011
Normal Nível Médio	2002	2007
Tempo Formativo III – EJA nível médio	2008	Até os dias atuais
Ensino Médio Inovador	2010	2018
Novo Ensino Médio	2020	Até os dias atuais

Ofertas	Início	Fim
Educação Integral	2020	Até os dias atuais

Fonte: elaborado pela pesquisadora com dados da pesquisa (2022).

Ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos de existência, a referida escola participou e desenvolveu vários projetos, programas e ações que buscavam dinamizar o currículo escolar e as práticas educativas (Botuporã, 2010; Botuporã, 2012; Botuporã, 2017). Destacam-se programas como: Programa Mais Educação, Projeto Ressignificação da Dependência, Atleta na Escola, Projeto Aluno Nota 10, Aluno Superação, Gincanas Estudantis, Regularização do Fluxo Escolar, Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-ESCOLA), Olimpíadas de Matemática, Língua Portuguesa, Biologia e História, Projetos da SEC/BA (Jogos Escolares, Tempo de Artes Literária, Festival Anual da Canção Estudantil, Estudos patrimoniais e artísticos, entre outros).

Um marco importante da trajetória do CECB é a eleição direta para diretor e vice-diretor escolar. O primeiro pleito ocorreu no ano de 2008, sendo eleitos 03 (três) docentes do quadro efetivo da rede estadual para o triênio 2009 – 2011. No final de 2011, novas eleições foram realizadas para definir a equipe diretiva dos próximos 04 anos. O último pleito foi realizado no ano de 2015 para o quadriênio 2016 – 2019, desde então, não ocorreram novas eleições, permanecendo a mesma equipe diretiva. Ressaltamos que dentro do movimento histórico, a implementação da gestão democrática da escola pública se dá de maneira representativa, entretanto, ainda não se consolidou enquanto participação efetiva da comunidade e temos ainda muitos desafios para atingirmos uma real gestão democrática.

Outro elemento importante do CECB é a organização do Colegiado Escolar com a participação de representantes de professores, direção, pais/responsáveis, estudantes, funcionários e comunidade local. Este conselho segue as normas estabelecidas pela rede de ensino da Bahia e deverá atuar no diálogo e nas discussões sobre as questões pedagógicas e administrativas da escola, visando à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. O primeiro colegiado foi criado em agosto do ano de 1999, desde então, a escola realiza eleições para compor este conselho. A eleição para líderes de classe é uma experiência que o CECB realiza desde o ano de 2001 com o objetivo de incentivar o protagonismo juvenil e a participação nas discussões e nas deliberações do conselho de classe e em outras ações da unidade escolar. Convém registrar que esses espaços de participação são insuficientes e limitados em vários aspectos, o que dificulta a efetiva participação de todos os sujeitos nas

deliberações da escola, de modo que ainda prevalecem decisões centralizadas, contrárias aos interesses do coletivo.

No ano de 2020, o CECB passou por grandes transformações, como já pontuado anteriormente. Além da mudança do nome, a escola também iniciou a oferta do Novo Ensino Médio, tal como a Educação em Tempo Integral. No entanto, com a pandemia da covid-19, em março de 2020, foram interrompidas todas as atividades letivas por um período de um ano, conforme determinação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Após um ano de suspensão das aulas, em março de 2021, as atividades foram retomadas de forma remota por meio do ensino *on-line* e atividades pedagógicas por meio de material impresso para os estudantes sem acesso à internet. A segunda fase do retorno das aulas ocorreu de forma híbrida, com tempo escola e tempo em casa e, finalmente, com as aulas 100% presenciais, no segundo semestre do ano de 2021. Foi um momento muito difícil vivenciado pela comunidade educacional, com grandes impactos na aprendizagem e na saúde emocional dos discentes, docentes e funcionários. Nesse contexto e período, os estudantes do campo foram também muito prejudicados, pois, em sua grande maioria, não tinham acesso à internet, conforme mapeamento realizado pela escola, impossibilitando a participação nas aulas virtuais e o acesso ao material de estudo.

Os dados da matrícula do CECB dos últimos 05 (cinco) anos, conforme Tabela 2, adiante, apontam para uma redução do número de estudantes da escola de 7,32%, bem como uma queda considerável no número de alunos do campo.

Tabela 2 — Matrícula do CECB (2018 – 2022)

Ano	Matrícula	Campo	Porcentagem	Cidade	Porcentagem
2018	478	327	68,41%	151	31,58%
2019	457	285	62,36%	172	37,63%
2020/2021	444	266	59,90%	178	40,10%
2022	443	259	58,46%	184	41,53%

Fonte: elaborado pela pesquisadora com dados da pesquisa (2022).

Os dados da Tabela 2 confirmam uma redução do percentual de estudantes camponeses de 68,41%, em 2018, para 58,46%, em 2022. Verificamos, ainda, um crescimento no número de estudantes da cidade, saindo de 31,58%, em 2018, com ampliação para 41,53%, em 2022. No entanto, apesar da redução, ainda temos uma predominância de estudantes camponeses na referida escola. Eles são residentes nas comunidades rurais do município de Botuporã e se deslocam, diariamente, para estudar na escola da cidade, enfrentando condições adversas que

influenciam na frequência e no desempenho escolar. Conforme consta no Botuporã (2012, p. 18),

A maioria dos(as) estudantes do CELEM são filhos de pequenos agricultores, residem no meio rural do município e utiliza diariamente o transporte escolar para se deslocar para a escola. Deste modo, ocorrem ausências às aulas em períodos em que a incidência de chuvas é maior e devido ao cansaço pela distância e condições de deslocamento.

Nesse trecho, encontramos um reconhecimento de que os estudantes são “filhos de pequenos agricultores”, tal como os desafios que enfrentam no deslocamento diário para estudar na escola na cidade. Além disso, em Botuporã (2012, p. 18), é mencionado que as famílias são de baixa renda e desenvolvem atividades diversas: pequenos produtores rurais, lavradores, assalariados, aposentados, autônomos. Já os estudantes adultos do noturno, trabalham na construção civil, na lavoura, na pecuária, no comércio, em serviços domésticos, dentre outras funções.

Conhecer a trajetória do CECB contribui para compreender como se deu o processo de mudança do nome da referida instituição enquanto Escola do Campo, tenciona, também, o debate sobre os impactos dessa mudança nas práticas educativas da respectiva unidade de ensino. Ficou evidente que a transformação, do ponto de vista legal, como Escola do Campo, foi um processo orientado pela Coordenação da Educação do Campo da SEC/Bahia sem a participação dos sujeitos camponeses do município de Botuporã e, conforme registro no projeto político-pedagógico da unidade de ensino, essa mudança almejava “[...] receber apoio técnico e financeiro para melhor implementar sua política educacional de modo a atender também às especificidades das populações do campo” (Botuporã, 2017, p. 19). Em vista dessa realidade, surgem questionamentos sobre os desdobramentos dessa ação da SEC/BA, do apoio técnico e financeiro para que o CECB possa se transformar em uma Escola do Campo e implementar a política de EdoC em consonância com seus princípios e diretrizes.

As vozes dos estudantes camponeses de uma Escola do Campo na cidade

Para compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes camponeses do CECB à sua nova denominação enquanto Escola do Campo, trazemos os dados empíricos produzidos nas rodas de conversas em diálogo com os princípios da EdoC. As vozes dos estudantes camponeses apresentam elementos importantes para o entendimento da Escola do Campo na perspectiva desses sujeitos e tencionam o debate sobre a transformação, do ponto de vista legal, de escolas urbanas em Escolas do Campo no estado da Bahia. Inicialmente, indagamos: vocês sabem que

a escola mudou de nome há pouco tempo? O que vocês pensam dessa mudança e do novo nome da escola? As respostas sinalizaram que todos têm conhecimento da mudança do nome; alguns ficaram sabendo apenas quando chegaram à escola no início do ano letivo de 2022, outros tomaram conhecimento por meio de irmãos e parentes. Sobre o que pensam dessa mudança, tivemos as seguintes falas:

Eu achei que é um nome que vem para talvez enfatizar a grande quantidade de alunos do campo e representar os mesmos. Mas eu ainda acho que falta mais representação, não só o nome, mais em questão de ações e questão da escola em si (Discente Dany, Roda de conversa nº 01, 2022).

Pra mim, sempre conheci o Luís Eduardo como Luís Eduardo, nunca, eu não sabia que era Colégio do Campo, só quando cheguei aqui. Só que pra mim Colégio do Campo deveria valorizar mais o aluno do campo. Está muito pouco essa representação do campo. Precisa tentar entender os alunos do campo (Discente Antônio, Roda de conversa nº 01, 2022).

Eu acho que esse nome do Colégio [...] deveria ser um nome que devia ter mudado há muito tempo e não só o nome né, tipo, é ter uma mudança mesmo, mais radical (Discente Alessandro, Roda de conversa nº 01, 2022).

Achei correto, coerente com a quantidade de alunos do campo que tem aqui na escola, porém eu acho um pouco é, que há controvérsias né, e na minha opinião é que mudou o nome da Escola de CELEM para CECB, porém esqueceram de mudar o currículo da escola, eu acho que falta um pouquinho mais do campo dentro da escola (Discente Eliana, Roda de conversa nº 02, 2022).

Pra mim eu achei importante principalmente por valorizar os alunos do Meio Rural que são a maioria dos alunos do colégio e, como minha prima disse aqui, mudou o nome, mudou algumas coisas no colégio, mas ainda não mudou o currículo e algumas estruturas que precisavam mudar para trazer mais sobre a vida do campo para dentro do colégio (Discente Miranda, Roda de conversa nº 02, 2022).

Eu tive conhecimento pela minha irmã que estudava aqui no ano passado, eu achei bom porque é uma forma, tipo, da gente, da gente da zona rural se sentir acolhido na escola (Discente Carol, Roda de conversa nº 03, 2022).

As vozes dos estudantes campesinos do CECB evidenciam que a mudança da referida escola ocorreu apenas em sua denominação, apesar de ser reconhecida como importante, essa alteração no nome ainda não promoveu as transformações necessárias para que, de fato, o CECB seja reconhecido como uma Escola do Campo. As falas ressaltam a necessidade de modificar o currículo escolar para que os estudantes se sintam acolhidos, valorizados, compreendidos e representados no espaço escolar. Na perspectiva dos alunos, “[...] falta um pouquinho mais do campo dentro da escola” (Discente Eliana, Roda de conversa nº 02, 2022); ou mesmo que é necessário “[...] trazer mais sobre a vida do campo para dentro do colégio”

(Discente Miranda, Roda de conversa nº 02, 2022). Esses anseios dialogam com os princípios da EdoC descritos no Art. 4º da Resolução nº 103/2015 do Conselho Estadual de Educação (CEE) da Bahia,

[...] II - respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos; III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo; IV - reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos; [...] VI - valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo (Bahia, 2015, *on-line*).

No processo de transformação do CECB enquanto Escola do Campo, entendemos que é fundamental a compreensão dos princípios da EdoC pela comunidade escolar para que esse coletivo possa (re)elaborar o projeto político-pedagógico em consonância com o estabelecido na política nacional e estadual da EdoC. Para tanto, é indispensável o “[...] desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo” (Bahia, 2015, *on-line*). Apesar de reconhecermos a importância da formação dos profissionais da educação para efetivação dos princípios da EdoC, ressaltamos que Escola do Campo na cidade é movimento histórico, dialético e contraditório que está sendo forjado e exige condições materiais, estudos e pesquisas para que, de fato, se efetive como “[...] obra e identidade dos sujeitos que ajuda a formar [...]” (Caldart, 2004, p. 37).

Ainda no intuito de compreender os sentidos atribuídos pelos alunos do CECB à Escola do Campo, outro questionamento foi apresentado nas rodas de conversa: em sua opinião, quais são as características de uma Escola do Campo e como deveria ser o CECB, sendo que agora é uma escola do campo?

Eu acho que a primeira coisa a fazer, antes mesmo de mudar o nome, é conhecer a realidade de cada um dos alunos do campo. [...] como os professores [...] se eles têm noção da rotina, do convívio, da realidade dos alunos do Campo. [...] Você é a primeira pessoa da gestão escolar que vem até nós, tentar entender um pouco sobre a nossa convivência, sobre o nosso dia a dia (Discente Dany, Roda de conversa nº 01, 2022)

[...] falta a opinião dos alunos, né, para construir uma nova escola, construir o CECB (Discente Eliana, Roda de conversa nº 02, 2022)

[...] para transformar em escola do campo tem que trabalhar com o campo; a escola aqui só trata da cidade (Discente Keila, Roda de conversa nº 03, 2022)

Eu acho que só mudar o nome não é suficiente para a escola ser vista com outros olhos, tem que ter mais adaptação para os alunos do campo. Estradas são muito ruim, máquina não passa. Acho que o Estado deveria ter aquele olhar, por conta de ter mudado o nome, olhar mais carinhoso com o pessoal do campo (Discente Benício, Roda de conversa nº 03, 2022)

As falas dos estudantes evidenciam que Escola do Campo é um direito que, para ser efetivado, deve ter a participação dos povos camponeses. Nesse sentido, é preciso “[...] conhecer a realidade de cada um dos alunos do campo [...]” (Discente Dany, Roda de conversa nº 01, 2022), considerar a “[...]opinião dos alunos, né, para construir uma nova escola [...]” (Discente Eliana, Roda de conversa nº 02, 2022), “[...] trabalhar com o campo [...]” (Discente Keila, Roda de conversa nº 03, 2022), “[...] ter mais adaptação para os alunos do campo [...] o Estado deveria ter aquele olhar, [...] mais carinhoso com o pessoal do campo (Discente Benício, Roda de conversa nº 03, 2022).

A compreensão dos estudantes em relação à Escola do Campo está em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 01/2002, que estabelece que “A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes [...]” (Brasil, 2002, *on-line*). Portanto, uma escola dos sujeitos do campo e não para eles, que não pode ser descolada do mundo, visto que precisa também dar conta dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade (Marques, 2016).

Sobre a concepção de Escola do Campo, Molina e Sá (2012, p. 324) argumentam que ela “[...] nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo [...]”. Nessa perspectiva, deve ser pensada e compreendida dentro de um projeto de educação da classe trabalhadora do campo, enraizada na luta dos sujeitos coletivos, marcada pelas contradições da sociedade capitalista (Molina; Sá, 2012). Assim, essa unidade de ensino é, de certo modo, espaço de resistência e de construção de uma nova sociedade por meio de uma *práxis* educativa revolucionária. No âmbito da legislação, temos no Decreto Federal nº 7.352/2010 um conceito de Escola do Campo pautado nos sujeitos que ajuda a formar. Diante disso, para Munarim (2011, p. 58),

[...] a maior novidade e efetiva conquista da Educação do Campo nesse Decreto está na definição da escola do campo a partir dos sujeitos a que se destina, e não mais a partir de uma definição dicotômica, arbitrária e esdrúxula, para a maioria dos municípios brasileiros, sobre o que é perímetro urbano e o que é perímetro rural.

A “maior novidade e efetiva conquista da Educação do Campo”, para Munarim (2011), é o reconhecimento de Escola do Campo pela sua vinculação política e pedagógica com um projeto de educação, campo e sociedade em consonância com os anseios da classe trabalhadora do campo, superando a definição arbitrária vinculada à localização geográfica. No entanto, a realidade concreta e material do Colégio Estadual do Campo de Botuporã evidencia as contradições e os desafios que estão postos para que essas unidades de ensino urbanas se constituam como escola dos sujeitos do campo e não para eles.

Considerações Finais

As discussões apresentadas em face da trajetória do Colégio Estadual do Campo de Botuporã e das vozes dos estudantes camponeses evidenciaram que nomear escolas urbanas como Escolas do Campo, sem garantir a efetiva participação dos povos do campo, contraria os princípios da EdoC e se caracteriza como um reparo dessa política pública. Tal situação não só fragiliza a luta dos Movimentos Sociais do Campo, como tenciona o debate sobre a efetivação da EdoC no estado da Bahia e os impactos nas práticas educativas dessas instituições de ensino.

Em relação ao objetivo de compreender como se deu o processo de mudança do nome do Colégio Estadual do Campo de Botuporã, os resultados da pesquisa evidenciaram que a mudança de denominação foi orientada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia e não teve a efetiva participação dos sujeitos camponeses de Botuporã. No que tange aos sentidos atribuídos pelos estudantes camponeses à nova denominação enquanto Escola do Campo, eles reconhecem, de forma positiva, o novo nome, no entanto, não veem sentido na mudança apenas da denominação, uma vez que as práticas educativas da referida instituição ainda não foram modificadas e não estão convergentes com os princípios da EdoC, ou mesmo com os interesses dos sujeitos camponeses de Botuporã.

A mudança da referida escola está concluída apenas no âmbito da legislação que assegura que ela é do campo, contudo, a produção do seu projeto político-pedagógico e da sua identidade como Escola do Campo é processo, é movimento dialético e contraditório que está sendo forjado. Nessa perspectiva, entendemos que os sujeitos camponeses do CECB e as pessoas comprometidas com sua escolarização devem se apropriar dessa condição histórica e material para transformar essa escola, o máximo possível, em favor da educação dos povos do campo do município de Botuporã, assim, constituir-se também como uma referência positiva para outras unidades de ensino que se encontrem em uma situação semelhante a do CECB.

Referências

AMARAL, C. M. **Escola do campo na cidade**: concepções e sentidos dos sujeitos do Colégio Estadual do Campo de Botuporã. Orientador (a): Dr^a. Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn), Vitória da Conquista, 2023.

BAHIA, CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CEE/CEB N° 103, de 28 de setembro de 2015**. Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia, 2015. Disponível em: <https://acesse.one/PwpwI>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOTUPORÃ, Colégio Estadual do Campo. **Projeto político-pedagógico**. Documento disponibilizado pela instituição de ensino, 2010.

BOTUPORÃ, Colégio Estadual do Campo. **Projeto político-pedagógico**. Documento disponibilizado pela instituição de ensino, 2012.

BOTUPORÃ, Colégio Estadual do Campo. **Projeto político-pedagógico**. Documento disponibilizado pela instituição de ensino, 2017.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB N° 1, de 28 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 abr. de 2022.

BRASIL, **Decreto federal n° 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Por uma Educação do Campo**: contribuições para construção de um projeto de educação do campo. v. 5. Articulação nacional por uma educação do campo, Brasília: DF, 2004, p. 13 – 52.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARQUES, Tatyane Gomes. Educação do/no campo no contexto do município de Guanambi: uma análise a partir das políticas públicas. *In*: SÁ, Maria Milta Domingues de; FERNANDES, Marinalva Fernandes; MARQUES, Tatyane Gomes (org.). **Diálogos sobre políticas educacionais**. Goiânia: Kelps, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOLINA, M.C.; SÁ, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, *et al* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. v. i, p. 324 – 330.

MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2011.

Autor 1:



CLEONICE MATOS AMARAL

Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Doutoranda em Educação pela UESB; Coordenadora Pedagógica no Colégio Estadual do Campo de Botuporã (CECB), BA.

Email: cleoniceamaral@yahoo.com.br

Lattes: <https://orcid.org/0000-0002-4392-0136>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4392-0136>

5603

Autor 2:



KERGILÊDA AMBRÓSIO DE OLIVEIRA MATEUS

Pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia; Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos; professora titular no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem e no Programa de Pós graduação em Ensino da UESB.

Email: kmateus@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1306323917704259>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3038-9286>.